

DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL E O DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS NO PERÍODO DE 2012 A 2016: O CASO DOS MUNICÍPIOS DO DESTINO INDUTOR DAS HORTÊNSIAS (RS)

REGIONAL TOURISM DEVELOPMENT AND THE PERFORMANCE OF SERVICE TAX BETWEEN THE YEARS OF 2012 AND 2016: A CASE STUDY OF THE BRAZILIAN HORTENSIS TOURIST REGION

Marlei Salete Mecca, Universidade de Caxias do Sul (UCS),
msmecca@ucs.br

Alex Eckert*, Universidade de Caxias do Sul (UCS),
aekert@ucs.br

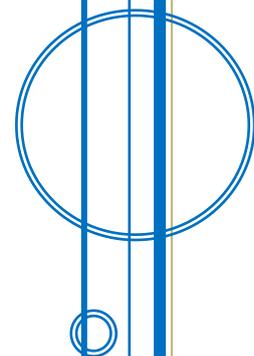
Josiane Menegat, Universidade de Caxias do Sul (UCS),
jmenegat2@ucs.br

Submetido: Janeiro 2017

Aceito: Março 2018

*Contato para Correspondência

DOI: 10.18226/23190639.v6n1.08



Resumo:

O turismo tem apresentado crescimento nas últimas décadas, apontando relação direta com a prestação de serviços, na qual incide a tributação de ISSQN, um imposto municipal local. Através da arrecadação municipal são gerados bens e serviços à sociedade. Assim, a pesquisa teve como objetivo verificar o desempenho da arrecadação do ISSQN no período de 2012 a 2016, nos cinco municípios do destino indutor do desenvolvimento turístico regional das Hortênsias, no estado do Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada foi o estudo de caso complementado por pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo, com análise qualitativa e quantitativa. Os dados encontrados evidenciam a evolução da arrecadação de ISSQN em praticamente todos os municípios analisados. Ainda, através da arrecadação do ISSQN, identifica-se aumento na prestação dos serviços relacionados ao turismo e dessa forma a não interferência da crise econômica.

Palavras-Chave: Turismo, Arrecadação, Imposto sobre Serviços.

Abstract: Tourism has shown growth in the last decades, pointing out a direct relation with the provision of services, in which taxes on services are imposed, a local municipal tax. Through the municipal collection are generated goods and services to society. So, the research had as objective to verify the performance of the collection of this tax in the period from 2012 to 2016 in the five municipalities of the Brazilian Hortensias tourist region. The methodology used was the case study complemented by bibliographical research, descriptive, with qualitative and quantitative approach. The data found evidences the evolution of the tax collection applied in practically all the municipalities analyzed. Also, there is an increase in the provision of services related to tourism and, therefore, the non-interference of the Brazilian economic crisis that occurred in that period.

Keywords: Tourism, Tax collection, Services Tax.

1 Introdução

Conforme Andrade (2017, p. 1) “a gestão do patrimônio público não visa ao lucro financeiro, mas ao denominado lucro social”, por isso a Contabilidade Pública também é importante para os contribuintes, pois estes conseguem identificar e compreender a arrecadação e o uso dos impostos, que são utilizados para disponibilizar os bens e serviços de uso comum, a sociedade.

Em virtude de crises econômicas, o poder aquisitivo da população diminui, reduzindo a utilização de serviços e aumentando o atraso de impostos, desencadeando a redução da arrecadação municipal e de repasses da união (Ribeiro, 2015). Diante disso é importante criar estratégias que ajudem o crescimento da arrecadação local, para que menos municípios dependam de repasses de recursos da União.

A arrecadação municipal é composta por várias receitas, uma delas é a tributária, que engloba os principais impostos, como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial

Urbana (IPTU), Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que são impostos locais, ou seja, de responsabilidade e competência dos municípios.

Conforme lista anexa à LC 116/2003 (Lei que rege a arrecadação de ISSQN), o ISSQN incide sobre a prestação de serviços, incluindo a atividade turística, que abrange os serviços de hospedagem, transporte, agenciamento turístico, passeios, atividades de lazer, de entretenimento e entre outros. Assim em regiões onde a atividade turística é representativa, a arrecadação do ISSQN pode ser significativa no conjunto das receitas municipais.

Uma das regiões onde a economia é baseada no turismo é a Região das Hortênsias, a qual é composta pelos municípios de Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula. Tanto que em 2009 foi identificada como destino indutor do desenvolvimento turístico regional, através do estudo de competitividade realizado pelo Ministério do Turismo, no qual destacou 65 destinos indutores, que são compostos por 65 regiões e 584 municípios (Ministério Do Turismo, 2017a).

Diante do exposto, o objetivo da pesquisa é apresentar a evolução do ISSQN dos últimos cinco anos (2012-2016) nos municípios que integram o destino indutor das Hortênsias, e verificar se a crise econômica brasileira, que ocorreu nos dois últimos períodos analisados, afetou a arrecadação de ISSQN nesses municípios.

2 Embasamento Teórico

2.1 Economia e Turismo

O turismo contempla as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em locais diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras, conforme Organização Mundial do Turismo (2001).

Ignarra (2003, p. 16) define turismo como:

Uma combinação de atividades, serviços e indústrias que se relacionam com a realização de uma viagem: transportes, alojamentos, serviços de alimentação, lojas, espetáculos, instalações para atividades diversas e outros serviços receptivos disponíveis para indivíduos ou grupos que viajam.

Para Beni (2012), o turismo é um acontecimento interdisciplinar e transdisciplinar o qual está em interação com as relações ecológicas, sociais, culturais e econômicas, estando sujeito a transformações de diversas origens.

O turismo, por sua vez, sofreu grandes transformações com revolução industrial do século XVIII, pois com ela houve mudanças no desenvolvimento industrial, que resultaram em aceleração das riquezas disponíveis. Também teve o avanço tecnológico nos transportes e comunicação que foi imprescindível para a população viajar mais, favorecendo a economia e a expansão do turismo (IGNARRA,2003).

Segundo Beni (2012, p. 31) o setor turístico ainda necessita de transformações e desenvolvimento devido algumas mudanças no mercado como o:

Surgimento de demanda por tendências influenciadas por novos padrões e valores da sociedade e da família; a consolidação do setor, em virtude das inovações tecnológicas, da globalização ou do resultado das adaptações necessárias, decorrentes das mudanças climáticas; a retratilidade econômica; as convulsões sociais; a instabilidade política; a insegurança nos modos de transporte; os riscos meteorológicos e geológicos; os adventos epidêmicos e pandêmicos; o terrorismo; entre outros.

Portanto, para que o setor seja desenvolvido é preciso integrar políticas públicas e ações privadas que contribuam para o equilíbrio do desenvolvimento sustentável, aperfeiçoando a situação econômica nas regiões de estrutura fraca, reduzindo o desemprego e a pobreza, e proporcionando o bem-estar da sociedade (Beni, 2012).

Diante desse contexto, o turismo faz e sempre fará parte do sistema socioeconômico, e ao longo das últimas décadas o setor turístico teve um crescimento médio anual de 5%, o que fez com que despertasse o interesse de muitos estudiosos como economistas, antropólogos, sociólogos, além de investidores e governantes devido aos benefícios gerados por essa atividade como a geração de empregos e riqueza econômica (Beni, 2012).

Associado a isso, segundo Rublescki (2016), o fluxo de turistas vem aumentando no mundo com deslocamentos mais acessíveis e aumento das viagens de lazer, estudo e negócios, impulsionados pelo aumento da integração econômica e da renda média mundial. Conhecer a dimensão deste setor no total de atividades econômicas numa região possibilita a elaboração de políticas públicas para aproveitar melhor o potencial, atrair turistas e dinamizar o

desenvolvimento da região. Diante do exposto, verifica-se a importância do desenvolvimento do setor turístico para o crescimento econômico.

A atividade econômica turística engloba despesas com viagens, alimentação, hospedagem, transportes, entre outras despesas, que favorecem o crescimento de empregos, aumento e distribuição de renda local, aumento na arrecadação de impostos municipais tais como IPTU, ISSQN e ITBI que tem grande ligação com as atividades turísticas. Em relação a isso Wanderley e Santos (2009) dizem que as atividades turísticas afetam esses três impostos, pois o aumento de serviços beneficia a arrecadação de ISSQN, e o preço das propriedades urbanas aumentam, gerando mais arrecadação de IPTU e ITBI.

Wanderley e Santos (2009) ainda sustentam que o turismo gera despesas também para o município, pois aumentam os gastos públicos para manter a atividade turística como a segurança, manutenção de atrativos culturais e entre outros. Em complemento, Nodari (2007) sugere que, de fato, turismo contribui de forma significativa para a economia do município

Segundo pesquisa divulgada no Plano Nacional do Turismo (2013-2016) pelo Ministério do Turismo (2017/a), a participação do turismo na economia brasileira representa 3,7% do PIB do Brasil, e além disso de 2003 a 2009 o setor cresceu 32,4% enquanto a economia brasileira apresentou expansão de 24,6%.

Ao passo que o Brasil vivenciou um cenário de crise econômica financeira nos anos de 2015 a 2016, tendo uma melhora em 2017, mas segundo Darse Jr. (2017), o setor de viagens não foi afetado, pelo contrário, o setor de viagens tem ajudado no desenvolvimento econômico do país, e que o Brasil e países vizinhos precisam desenvolver a inclusão social através do turismo. O mesmo autor ainda afirmou que:

[...]o turismo é, sem sobra de dúvidas, a melhor ferramenta para o desenvolvimento sustentável. Mas o nosso setor só terá condições de exercer todo o seu poder de indução da economia se conseguirmos promover a inclusão dos mais distintos públicos no nosso mercado (Darse Jr., 2017, p.16).

Outro fator que influencia no desenvolvimento do turismo e que tem ajudado o setor turístico em períodos de crise, é a tecnologia da informação e comunicação, que através de plataformas online de economia compartilhada, hospitalidade, gastronomia e entre outras, trazem facilidade ao turista no momento da escolha de hospedagem, restaurantes, passeios e mobilidade. Isso porque possui um leque de opções com preços acessíveis, possibilitando ao

turista encontra um lugar condizente com seus planos de viagem, por um valor que se encaixe no seu bolso (Beni, 2017).

1.2 Receitas Próprias Municipais

As receitas próprias municipais, assim como as estaduais, federais e do Distrito federal, são compostas por tributos, que conforme CTN ou Lei 5.172/1966, art. 3º “é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em Lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. Ainda, a referida legislação diz que os tributos são compostos por impostos, taxas e contribuições de melhoria. Além desses recursos tributários arrecadados pelos municípios, Caetano, Ávila e Tavares (2017) sustentam que os orçamentos municipais são complementados também pelas transferências recebidas do governo central.

De acordo com CTN, Art. 16º “imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independentemente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”. Os impostos são tributos decorrente de situações específicas estabelecidas em Lei, e não possuem obrigação de contraprestação específica por parte do governo (Rezende, 2013).

Os impostos de competência Municipal, conforme Art.156º da CF/88 são:

- I - propriedade predial e territorial urbana;
- II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
- III - serviços de qualquer natureza.

As taxas, conforme CTN, Art. 77º, são geradas através do exercício regular de poder de polícia, utilização efetiva de serviço público específico e divisível, disponíveis ou prestados ao contribuinte. O Art. 78º dessa mesma Lei define poder de polícia como:

Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Contribuição de melhoria segundo CTN, Art. 81º “[...]é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado”. Rezende (2013) diz que a contribuição de melhoria é o valor cobrado pelo governo em decorrência da valorização de imóveis, referentes a execução de obra pública, e cita como exemplo de contribuição de melhoria, a pavimentação de ruas.

1.2.1 Imposto Sobre Serviços de quaisquer Naturezas (ISSQN)

O ISS imposto sobre serviços, também chamado de ISSQN imposto sobre serviços de qualquer natureza, incide sobre serviços de competência municipal definidos em Lei complementar. Os serviços de transportes interestaduais e intermunicipais, são de competência estadual, o que significa que não tem incidência de ISSQN, (Art.155º, CF/1988).

O Art.156º da CTN, define que os municípios e o Distrito Federal devem tributar todos os serviços definidos e apresentados em lista anexa na LC 116/2003. De acordo com Barreirinhas e Curado (2011, p. 35) a Lei complementar do ISSQN tem como função:

- dispor sobre conflitos de competência, especialmente entre o imposto municipal e o ICMS [...];
- definir o fato gerador, a base de cálculo e os contribuintes (art. 146, III, a, da CF);
- fixar as alíquotas mínimas e máximas (art. 156, § 3.o, I, da CF);
- excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior (art. 156, § 3.o, II, da CF); e
- regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

A competência do ISSQN é municipal, portanto cabe ao legislador municipal estabelecer Lei, de acordo com os parâmetros constitucionais e em conformidade com a LC 116/2003.

Por ser um imposto municipal, o município deve exigir o ISSQN apenas sobre serviços ocorridos em seu território (Carneiro, 2012). Apesar disso o art. 3º da LC 116/2003 certifica: “O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador [...]”.

Ainda, o Art. 4º dessa mesma Lei define estabelecimento prestador:

Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

De acordo com a LC 116/2003 os contribuintes do ISSQN são empresas e profissionais autônomos, que prestam serviços registrados em lista anexa dessa mesma Lei. São diversos serviços, desde segmentos turísticos, de informática, saúde, pesquisas, medicina, estética, serviços de engenharia, e entre outros.

A base de cálculo do ISSQN, é o preço do serviço, que conforme Martins (1998, p.40) “é o bem imaterial na etapa da circulação econômica”. Ou seja, em casos de fornecimento de materiais físicos na prestação de serviço, o valor dos materiais não deve ser somado na base de cálculo, também não está incluso juros, multas ou indenizações a esse valor, apenas descontos que influenciam no preço do serviço.

Ainda a respeito da base de cálculo o Art.7º da LC 116/2003 diz que:

[...] § 1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 2º Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.

De acordo com o Art. 156º da CF/1988, os municípios através das Leis municipais, possuem autonomia para fixar as alíquotas aplicadas ao ISSQN, mas precisam seguir os artigos 7º e 8º da Lei complementar no qual diz que a alíquota pode variar de no mínimo 2% a no máximo 5%.

Conforme Art. 2º da LC 116/2003 alguns serviços não possuem incidência de ISSQN, tais como:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

O lançamento do ISSQN ocorre por homologação que conforme definido no Art. 150º do CTN, é quando o sujeito passivo apura e efetua antecipadamente o pagamento do tributo devido, sem prévio exame da autoridade administrativa competente.

E em casos específicos, como os efetuados por profissionais autônomos, o pagamento do imposto é fixo, então o lançamento do ISSQN é feito por ofício, que conforme Art.149º do CTN, é realizado pela autoridade administrativa competente de acordo com os incisos citados nesse mesmo artigo.

3 Metodologia

Quanto aos procedimentos técnicos, realizou-se um estudo de caso, do tipo multicaso, nos municípios da Região das Hortênsias (RS). O estudo de caso foi complementado por uma pesquisa documental a partir dos dados coletados das demonstrações contábeis e relatórios publicados por estes municípios, relativos ao período de 2012 a 2016.

Para Yin (2015), o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real. Em complemento, Diehl (2004) afirma que o estudo de caso, apesar de ser processado de forma simples em relação a outros delineamentos, ele pode exigir um nível de capacitação mais elevado do pesquisador, devido à dificuldade de generalização dos resultados obtidos. Para ele é o delineamento mais adequado em várias situações pois apresenta várias vantagens, que engloba o estímulo a novas descobertas, a ênfase na totalidade e a simplicidade dos procedimentos.

Já a pesquisa documental, por sua vez, é um tipo de pesquisa que tem como característica diferenciadora o estudo direto em documentos de fontes disponíveis, sem precisar recorrer diretamente aos fatos e fenômenos da realidade empírica (Oliveira, 2007). Um documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais, visto que ele é insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado que se deseja analisar (Cellard, 2008)

Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (Cellard, 2008).

Quanto a forma de abordagem do problema trata-se de uma abordagem qualitativa e quantitativa que, segundo Diehl (2004, p. 51), “são duas estratégias diferentes pela sua sistemática e, sobretudo, pela forma de abordagem do problema que constitui o objeto de estudo. É a natureza do problema ou o seu nível de aprofundamento que determinara a escolha do método”.

A pesquisa quantitativa segundo Diehl (2004) tem como objetivo, garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretação, propiciando maior segurança quanto às hipóteses. Richardson (1999) diz, que é caracterizada como pesquisa quantitativa pois são utilizadas técnicas estatísticas simples, tais como percentual, desvio padrão, média e técnicas mais complexas como coeficiente de correlação, análise de regressão, para coletar as informações. Beuren (2006), considera a pesquisa quantitativa bastante significativa, pois se utiliza de instrumentos estatísticos desde a coleta, até a análise e o tratamento dos dados.

Em relação à pesquisa qualitativa, segundo Richardson (1999) ela descreve a complexidade de determinado problema, analisa a interação de certas variáveis, compreende e classifica processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Para Beuren (2006) é uma pesquisa primordial no aprofundamento de questões relacionadas ao desenvolvimento da contabilidade, seja no âmbito teórico ou prático. Diehl (2004) diz que, a pesquisa qualitativa contribui no processo de mudança de dado grupo e possibilita, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Em relação aos objetivos, a pesquisa se identifica como descritiva, Diehl (2004) diz que o objetivo principal, é descrever as características da população, ou fenômenos, também estabelecer relações entre variáveis, através da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionário e observação sistemática. Para Perovano (2016) as pesquisas descritivas, podem ser entendidas como um estudo de caso, pois após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para determinar os efeitos dos resultados em uma empresa, sistema de produção ou produto. E, Segundo Barros e Lehfeld (2007, p. 84), na pesquisa descritiva não há interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto

de pesquisa procurando descobrir a frequência com que um fenômeno acontece, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos.

Entende-se que os métodos escolhidos são os mais adequados para atingir o objetivo da presente pesquisa, que é apresentar a evolução do ISSQN dos últimos cinco anos (2012-2016) nos municípios que integram o destino indutor das Hortênsias, e verificar se a crise econômica brasileira, que ocorreu nos dois últimos períodos analisados, afetou a arrecadação de ISSQN nesses municípios.

4 Caracterização da Região das Hortênsias

Os destinos indutores são definidos pelo Relatório do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Turismo Regional, que teve seu projeto iniciado em 2007, através da parceria entre o Ministério do turismo, o Sebrae Nacional e a Fundação Getúlio Vargas. Sua finalidade é observar a qualidade da evolução e organização para o turismo de 65 municípios que possuem características fortes para impulsionar e induzir o crescimento turístico nas regiões em que se localizam, permitindo assim, que os governantes adotem ações estratégicas para promover o desenvolvimento turístico e competitividade desses municípios (Ministério Do Turismo, 2017/a).

Para definir quais são os destinos indutores, os municípios passam por uma análise de 13 aspectos, tais como: infraestrutura geral, acesso, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, marketing e promoção do destino, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais, aspectos ambientais e aspectos culturais (Ministério Do Turismo, 2017/a).

Diante do exposto o foco da presente pesquisa são os municípios pertencentes ao destino turístico indutor do estado do Rio Grande do Sul, que segundo o Ministério do Turismo (2017/b) são destinos que além de dispor de infraestrutura básica e turística, atraem um grande número de turistas por possuírem atrativos qualificados, movimentando assim a economia e agregando valor ao seu território.

Conforme Ministério do Turismo (2017/a) em seu relatório de estudo de competitividade 2009, a Região das Hortênsias situada no estado do Rio Grande do Sul, foi identificada como um dos destinos indutores, tendo como principal destino o município de Gramado o qual pertence a essa região.

Figura 1 - Mapa Região das Hortênsias



Fonte: SETEL (2016)

Conforme a figura 4 a Região das Hortênsias é formada pelos municípios de, Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula. De acordo com o Ministério Turismo (2017/c) essa região tem como principal característica a atividade turística, pois possui diversos atrativos, como belezas naturais, arquitetura europeia, parques temáticos, museus e gastronomia.

A seguir serão apresentados brevemente, e em ordem alfabética os municípios que são objeto de análise deste estudo.

4.1 Análise da Arrecadação

Serão apresentados neste item, através de tabelas e gráficos, os dados levantados referentes aos valores arrecadados de ISSQN no período de 2012 a 2016, nos municípios de Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula. Através dos dados, será feita uma análise comparativa da evolução do ISSQN por município, será identificado percentualmente quanto que o tributo representa em relação as receitas correntes totais e qual município possui maior representatividade na arrecadação de ISSQN, tudo isso com base nos dados obtidos através do controle social das receitas divulgados pelo Tribunal de Contas do estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS.

Conforme Andrade (2017) a arrecadação de ISSQN é contabilizada como receitas correntes, na conta de receitas tributárias na qual abrange a arrecadação de impostos, taxas e contribuições que são impostos locais, ou seja, são os municípios que estabelecem suas próprias Leis de acordo com os parâmetros constitucionais e em conformidade com a LC 116/2003.

Na Tabela 1 são apresentados os valores arrecadados de ISSQN por município, no período de 2012 a 2016.

Tabela 1 - Total de ISSQN arrecadado nos municípios (R\$)

Município	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Canela	4.858.846,09	5.722.122,25	5.679.116,24	6.601.166,53	7.900.689,09	30.761.940,20
Gramado	13.686.776,52	16.485.913,70	20.881.694,88	25.208.803,26	29.734.126,95	105.997.315,31
Nova Petrópolis	2.567.737,97	2.711.254,12	2.728.630,06	2.844.007,07	3.307.145,27	14.158.774,49
Picada Café	1.203.774,57	1.095.299,62	1.137.872,55	1.116.703,03	1.044.984,84	5.598.634,61
São Francisco de Paula	2.460.495,43	1.820.630,41	1.539.896,22	1.830.224,62	2.948.080,22	10.599.326,90
Total	24.777.630,58	27.835.220,10	31.967.209,95	37.600.904,51	44.935.026,37	167.115.991,51

Fonte: Elaborado pelos autores com base em TCE/RS (2017).

Conforme a Tabela 1, nota-se que o município de Gramado foi o que mais arrecadou nos últimos cinco anos, seguido por Canela com uma arrecadação bem inferior a Gramado, mas ainda assim sendo o segundo município com maior arrecadação nessa região.

Já se tinha uma noção que Gramado poderia ter a maior arrecadação, pois mesmo sendo o segundo município com menor área territorial e o segundo com a maior população dessa região, ele possui uma infraestrutura turística gigantesca em relação aos outros municípios, o que faz com que sejam atraídos muitos turistas, aumentando assim a arrecadação de ISSQN que incide diretamente sobre a prestação e serviços. Um exemplo disso é que o maior contribuinte de receitas em Gramado é o hotel Alpestre, que já recolheu R\$1.957.872,81 para a prefeitura de Gramado no período de janeiro a setembro de 2017, apesar desse dado não ser do ano atual, são os únicos disponíveis por empresa. (Transparência Fly, 2017).

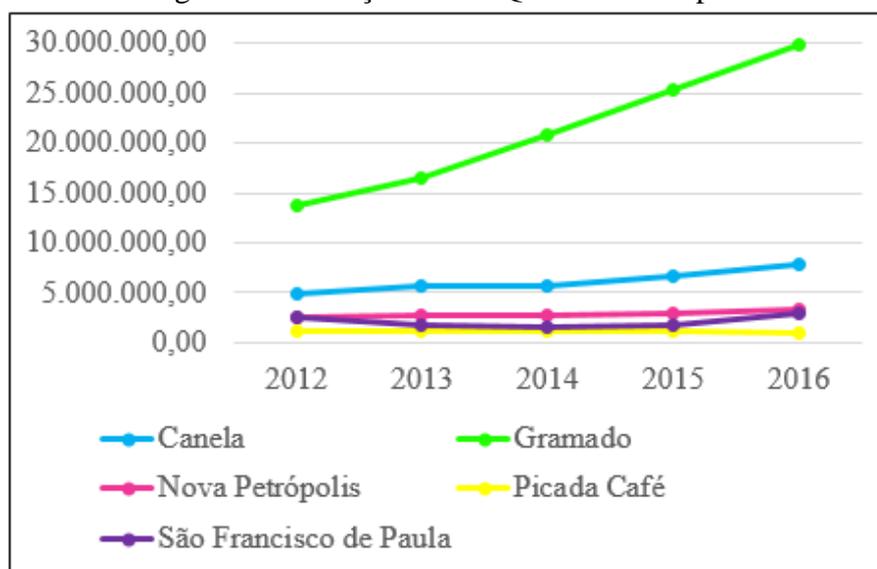
Outro fato que merece destaque é que o município de Nova Petrópolis que teve um aumento progressivo na arrecadação durante esses cinco anos. Já os municípios de Picada Café e São Francisco de Paula, tiveram uma variação anual na arrecadação.

Para facilitar a visualização da evolução da arrecadação de ISSQN nos municípios, elaborou-se um gráfico, conforme Figura 5.

Conforme pode-se observar no gráfico da Figura 5, todos os municípios tiveram uma evolução na arrecadação nos últimos cinco anos, excluindo-se o município de Picada Café que teve um declínio na sua arrecadação.

Canela em 2012 arrecadou R\$4,8 milhões, passando para R\$5,7 milhões em 2013, R\$5,6 milhões em 2014, R\$6,6 milhões em 2015 e R\$ 7,9 milhões em 2016. Observa-se que o município teve um crescimento anual considerável, tendo apenas uma pequena queda em 2014, mas em 2015 conseguiu se recuperar chegando a um crescimento de R\$3 milhões no período analisado. É possível que esses números tenham relação com os investimentos no setor turístico de Canela, tanto que em 2016 foi inaugurado o museu do automóvel.

Figura 2 - Evolução do ISSQN nos municípios



Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro município, Gramado, em 2012, arrecadou R\$13,6 milhões, evoluindo para R\$16,4 milhões em 2013, R\$ 20,8 milhões em 2014, R\$ 25,2 milhões em 2015 e R\$29,7 milhões em 2016. Nota-se assim que a arrecadação do município teve um crescimento de aproximadamente R\$ 16 milhões nos últimos cinco anos. Presume-se que esse resultado tenha relação com novidades turísticas, como a realização de novos eventos, como o Gramado *in Concert* iniciado em 2015, novos parques, como o *Snowland*, inaugurado em 2013, e também pode ser que com a alta dólar, devido à crise econômica, os turistas apostaram mais em viagens nacionais e em especial Gramado.

Nova Petrópolis, por sua vez, arrecadou R\$2,5 milhões em 2012, passando para R\$2,7 milhões em 2013, no qual permaneceu em 2014, e aumentou para R\$2,8 milhões em 2015 e R\$3,3 milhões em 2016. Percebe-se que o município teve um crescimento anual sem quedas, chegando a um aumento na arrecadação de aproximadamente R\$ 740 mil nos 5 anos analisados. Supõe-se que a arrecadação não reduziu devido a novos investimentos no turismo, como o parque Pedras do Silêncio, inaugurado em 2015 ou o crescimento na prestação de serviços em outros setores.

Já Picada Café teve uma arrecadação bastante variável, tendo quedas e crescimentos durante os períodos, em 2012 arrecadou R\$ 1,2 milhões, caindo para R\$1 milhão em 2013, aumentando para R\$1,1 milhão em 2014, no qual permaneceu em 2015, e caiu para R\$1 milhão em 2016. Diante disso observa-se que o município não teve um progresso bom durante esse período, ao invés de ter um crescimento, teve uma queda de aproximadamente R\$159 mil nos últimos 5 anos. Pode-se dizer que o resultado de Picada Café não foi satisfatório, devido à crise econômica financeira que afetou o Brasil e por não ter tantos atrativos turísticos.

São Francisco de Paula, por sua vez, em 2012 arrecadou R\$2,4 milhões, mas teve uma queda de aproximadamente R\$ 639 mil em 2013 chegando a R\$1,8 milhões, em 2014 arrecadou R\$1,5 milhões, no qual teve mais uma queda de aproximadamente R\$280 mil, conseguindo apenas em 2015 aumentar a arrecadação em relação a 2014, que chegou a R\$1,8 milhões e em 2016 conseguiu se recuperar e chegar a uma arrecadação de R\$2,9 milhões. Apesar de inúmeras quedas identificadas nos períodos analisados, o município se recuperou e conseguiu ter um crescimento de aproximadamente R\$ 4,6 mil. É possível que a arrecadação em São Francisco de Paula não tenha tido um crescimento tão grande devido à crise econômica, e por não investir em novas atrações turísticas, tendo apenas atrativos rurais.

Diante disso, apesar de alguns municípios terem sofrido quedas em alguns anos, todos obtiveram um crescimento no último ano em relação aos anos anteriores, excluindo-se o município de Picada Café que decaiu aproximadamente R\$ 159 mil.

Além disso é interessante verificar a evolução do ISSQN em valores percentuais. Assim utilizando-se dos critérios de Matarazzo (2010), elaborou-se uma Análise Horizontal destes valores, conforme apresenta a Tabela 2.

Tabela 2 - Análise horizontal de arrecadação de ISSQN (em R\$)

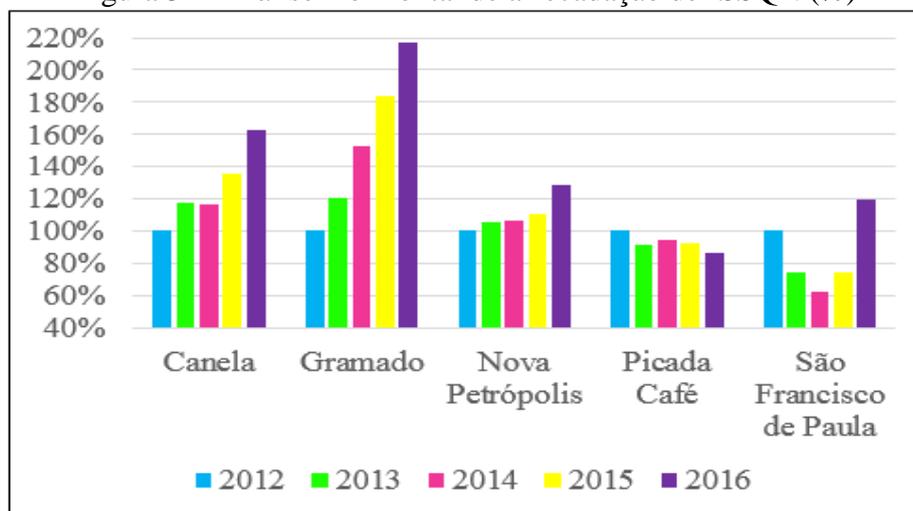
Município	2012	AH (%)	2013	AH (%)	2014	AH (%)	2015	AH (%)	2016	AH (%)	Variação
Canela	4.858.846,09	100	5.722.122,25	117,8	5.679.116,24	116,9	6.601.166,53	135,9	7.900.689,09	162,6	62,6%
Gramado	13.686.776,52	100	16.485.913,70	120,5	20.881.694,88	152,6	25.208.803,26	184,2	29.734.126,95	217,25	117,25%
Nova Petrópolis	2.567.737,97	100	2.711.254,12	105,6	2.728.630,06	106,3	2.844.007,07	110,8	3.307.145,27	128,8	28,8%
Picada Café	1.203.774,57	100	1.095.299,62	91,0	1.137.872,55	94,5	1.116.703,03	92,8	1.044.984,84	86,81	-13,19%
São Francisco de Paula	2.460.495,43	100	1.820.630,41	74,0	1.539.896,22	62,6	1.830.224,62	74,4	2.948.080,22	119,82	19,82%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em TCE/RS (2017).

Como pode se observar na Tabela 2, a arrecadação do município de Gramado mantém predomínio sobre os outros municípios durante todo período verificado, ou seja foi o município que teve maior aumento percentual, com 117 % de aumento. Em seguida está o município de Canela com crescimento de 62%, posteriormente Nova Petrópolis com 28%, após São Francisco de Paula com 19% e por fim Picada Café que teve uma redução na arrecadação de 14%.

Para facilitar a visualização do crescimento percentual por município elaborou-se um gráfico, conforme Figura 6 a seguir.

Figura 3 - Análise Horizontal de arrecadação de ISSQN (%)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Pelos dados apresentados na Figura 6 e na Tabela 2, percebe-se que o município de Canela no ano de 2013 em relação a 2012 teve um crescimento de 17,8%. Já no exercício de 2014 teve uma pequena queda em relação a 2013, e um aumento de 16,9% em relação a 2012. Em 2015 continuou progredindo com um crescimento de 35,9%, e em 2016 o crescimento ao longo dos últimos 5 anos totalizou 62,6%.

Gramado, por sua vez, no exercício de 2013 a 2016 teve um crescimento total de 117,5%. Sendo que em 2013 o crescimento foi de 20,5%, percentual esse que cresceu para 52,6% em 2014, e continuou evoluindo em 2015 no qual teve um crescimento de 84,2%.

No que diz respeito ao município de Nova Petrópolis, não foi identificado nenhuma queda. Em 2013 teve um aumento de 5,6%, seguindo com crescimento de 6,3% em 2014 e 10,8% em 2015, totalizando um crescimento de 28,8% em 2016.

Em relação ao município de Picada Café, os percentuais foram menores se comparados com o ano de 2012, tendo várias quedas consecutivas. No período de 2013 teve uma queda de 9% na arrecadação, seguido por outra de 5,5% em 2014, e 7,2% em 2015, totalizando em 2016 uma queda de 13,19%.

O município de São Francisco de Paula apresentou várias quedas seguidas na arrecadação, sendo em 2013 uma queda de 26%, seguido por outra de 37,4% em 2014, e de 25,6 % em 2015. Mas apesar de ter tido apenas quedas durante o período, o município concluiu o ano de 2016 com um crescimento total de 19,82%, graças ao último ano, que teve a maior arrecadação dos últimos cinco anos.

Portanto é possível perceber que as arrecadações dos municípios de Gramado e Nova Petrópolis obtiveram um crescimento contínuo sendo que o que mais arrecadou foi Gramado, chegando a um crescimento total de 117%. Canela teve uma única queda, embora quase imperceptível, em termos percentuais em 2014, e São Francisco de Pula e Picada Café tiveram oscilações.

4.1.1 Arrecadação de ISSQN em relação as receitas correntes totais

As receitas correntes são compostas por receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes, e outras receitas correntes (LEI N° 4.320/64).

As receitas tributárias são compostas pelas contribuições de melhoria, taxas e impostos, que no âmbito municipal englobam o IPTU, IR, ITBI e ISS que são impostos locais. Diante disso, as receitas municipais são basicamente compostas por receitas tributárias e transferências do estado e da união. As receitas tributárias têm grande importância dentro da arrecadação municipal, pois são elas que podem determinar a dependência ou não de repasses estaduais e federais para desempenhar suas políticas públicas.

Visto que o ISSQN é um imposto local, serão apresentados os valores arrecadados totais das receitas correntes e da arrecadação de ISSQN dos últimos 5 anos, para que seja analisado a participação da arrecadação de ISSQN na arrecadação total de receitas correntes por município.

Em Canela percebe-se que a representatividade da arrecadação de ISSQN em relação as receitas correntes, apresentou variações ao longo dos 5 anos, como pode-se observar na Tabela 8 a seguir.

Tabela 3 - Percentual de ISSQN sobre as receitas correntes de Canela (R\$)

Ano	Receitas Tributárias Totais	ISSQN	Participação %
2012	88.140.883,46	4.858.846,09	18,14
2013	100.755.307,11	5.722.122,25	17,61
2014	107.789.104,36	5.679.116,24	18,98
2015	114.306.612,44	6.601.166,53	17,32
2016	125.783.961,34	7.900.689,09	15,92
Total	536.775.868,71	30.761.940,20	

Fonte: Elaborado pelos autores com base em TCE/RS (2017)

De acordo com a Tabela 8, a arrecadação de ISSQN no município de Canela em 2012 foi equivalente a 18,14% das receitas correntes, já em 2013 representou 17,61%, registrando uma pequena queda, em relação ao ano de 2014 a arrecadação foi um pouco mais alta, representando 18,98% das receitas correntes, enquanto em 2015 a arrecadação foi equivalente a 17,32%, e por fim, em 2016 o ISSQN teve a menor representatividade do período analisado, no qual representou 15,92%.

Diante disso percebe-se que a arrecadação de ISSQN no município de Canela possuiu maior representatividade no ano de 2014, contribuindo com aproximadamente 19% das receitas correntes totais, e que ao longo do período analisado o ISSQN teve uma queda de 2,2%.

Quanto ao município de Gramado, a representatividade da arrecadação de ISSQN em relação a receita corrente também foi instável, tendo variações durante todo o período conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 4 - Percentual de ISSQN sobre as receitas correntes Gramado (R\$)

Ano	Receitas Tributárias Totais	ISSQN	Participação %
2012	117.314.692,08	13.686.776,52	8,57
2013	129.137.168,47	16.485.913,70	7,83
2014	146.373.705,41	20.881.964,88	7,01
2015	168.159.644,64	25.208.803,26	6,67
2016	192.387.736,65	29.734.126,95	6,47
Total	753.372.947,25	105.997.315,31	

Fonte: Elaborado pelos autores com base em TCE/RS (2017)

Conforme Tabela 9, a arrecadação de ISSQN do município de Gramado no ano de 2012 apresentou 8,57% em termos de participação na arrecadação das receitas correntes totais, percentual que reduziu em 2013 para 7,83%, mantendo uma redução nos períodos seguintes, com participação de apenas 7,00% em 2014, 6,67% em 2015 e no último ano com 6,47%.

Em resumo, a participação da arrecadação de ISSQN na arrecadação das receitas correntes reduziu em torno de 2% no município de Gramado ao longo dos 5 anos, obtendo maior representatividade no primeiro ano analisado com aproximadamente 8,6% e menor em 2016 com 6,47% de participação.

Em relação ao município de Nova Petrópolis os percentuais de participação do ISSQN sobre o total das receitas correntes também foram variáveis durante o período analisado conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 5 - Percentual de ISSQN sobre as receitas correntes de Nova Petrópolis (R\$)

Ano	Receitas Tributárias Totais	ISSQN	Participação %
2012	45.332.097,34	2.567.737,97	17,65
2013	50.353.612,93	2.711.254,12	18,57
2014	57.314.047,00	2.728.630,06	21,00
2015	59.383.721,71	2.844.007,07	20,88
2016	66.305.124,26	3.307.145,27	20,05
Total	278.688.603,24	14.158.774,49	

Fonte: Elaborado pelos autores com base em TCE/RS (2017)

Analisando a Tabela 10, percebe-se que o percentual de participação da arrecadação e ISSQN sobre as receitas correntes no município de Nova Petrópolis em 2012 foi de 17,65%, apresentando um crescimento em 2013 com participação de 18,57%, o crescimento se manteve até 2014, no qual o ISSQN representou 21% da arrecadação sobre o total receitas correntes, enquanto em 2015 e 2016 teve uma pequena queda, participando com 20,88% e 20,05 respectivamente.

Portanto é possível perceber que Nova Petrópolis apesar de ter tido variações durante o período analisado, teve um crescimento no percentual de participação de ISSQN em relação as receitas correntes totais ao longo dos 5 anos de 2,4%.

No que diz respeito ao município de Picada Café, os percentuais de participação da arrecadação de ISSQN sobre o total das receitas correntes foi progressivo, conforme Tabela 11.

Tabela 6 - Percentual de ISSQN sobre as receitas correntes Picada Café (R\$)

Ano	Receitas Tributárias Totais	ISSQN	Participação %
2012	19.747.968,17	1.203.774,57	16,41
2013	20.564.383,83	1.095.299,62	18,78
2014	23.098.571,52	1.137.878,55	20,30
2015	24.329.345,31	1.116.703,06	21,79
2016	25.624.592,77	1.044.984,84	24,52
Total	113.364.861,60	5.598.634,61	

Fonte: Elaborado pelos autores com base em TCE/RS (2017)

Ao analisar a Tabela 11, nota-se que o município de Picada Café no período de 2012 apresentou participação de 16,41% de arrecadação de ISSQN sobre o total das receitas correntes, apresentando um crescimento em 2012, no qual sua participação foi de 18,78%, mantendo o crescimento nos anos seguintes. Em 2014 o percentual de participação do ISSQN foi de 20,30% da arrecadação total das receitas correntes, seguindo em 2015 com 21,79% e em 2016 com 24,52%.

Diante dos dados analisados evidencia-se que o município de Picada Café obteve um crescimento de 8% no percentual de participação de ISSQN nas receitas correntes nos últimos 5 anos analisados.

Por fim o município de São Francisco de Paula, que apresentou variações na participação do percentual de ISSQN sobre o total das receitas correntes, conforme apresentado na Tabela 12.

Tabela 7 - Percentual de ISSQN sobre as receitas correntes de São Francisco de Paula (R\$)

Ano	Receitas Tributárias Totais	ISSQN	Participação %
2012	43.138.220,95	2.460.495,43	17,53
2013	44.096.937,25	1.820.630,41	24,22
2014	47.103.143,75	1.539.896,22	30,59
2015	50.382.763,72	1.830.224,62	27,53
2016	57.922.372,11	2.948.080,22	19,65
Total	242.643.437,78	10.599.326,90	

Fonte: Elaborado pelos autores com base em TCE/RS (2017)

De acordo com a Tabela 12 a participação do ISSQN sobre o total das receitas correntes no município de São Francisco de Paula no ano de 2012 foi de 17,53%, obtendo um crescimento no ano de 2013 e 2014 no qual gerou um percentual de participação de 24,22% e 30,59% respectivamente. Já no ano de 2015 o percentual de participação de ISSQN sobre as receitas correntes foi de 27,53%, enquanto no ano de 2016 esse percentual reduziu consideravelmente chegando a 19,65%.

Em resumo, muito embora a arrecadação de ISSQN nos períodos de 2012 e 2016 tenha sido mais alta, foram os períodos que menos tiveram representatividade sobre as receitas totais, e apesar disso ao longo dos 5 anos o ISSQN teve um crescimento de foi de 2,12% na participação de ISSQN sobre o total das receitas correntes.

4.2 Análise dos dados

No estudo realizado foi possível observar de diferentes formas como a arrecadação de ISSQN se comportou nos municípios pertencentes ao destino indutor da Região das Hortênsias, a qual é composta pelos municípios de Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula no período de 2012 a 2016.

Através da análise dos resultados pode-se verificar que o município de Gramado foi o que mais teve evolução na arrecadação de ISSQN ao longo dos 5 anos, obtendo um crescimento total de 117,5%. O município que teve a menor arrecadação foi Picada Café, com uma queda de 13,19%. Pode-se dizer que a crise econômica financeira não afetou Gramado, visto que é um município com maior infraestrutura turística, enquanto, Picada Café, que não possui tantos atrativos turísticos, foi mais afetada.

Em relação as previsões das receitas de ISSQN que são obrigatórias e muito importantes para o planejamento de ações governamentais e fixação de despesas do período seguinte, o município de Gramado foi o que superou as expectativas arrecadando aproximadamente R\$ 16 milhões a mais que o previsto. Já o município que não atingiu as expectativas foi Picada Café no qual obteve uma queda de R\$ 1 milhão, atingindo a arrecadação prevista somente no ano de 2015.

Quanto a participação percentual da receita de ISSQN sobre o total das receitas correntes, observou-se que apesar da arrecadação do município de Gramado ter destaque quanto a evolução e previsão, é a que possui o menor percentual de participação, enquanto Picada café que possui a menor arrecadação de ISSQN é o que mais tem representatividade nas receitas correntes. Ou seja, o ISSQN em percentual, tem maior importância para o município de Picada Café do que para os outros municípios.

5 Conclusão

A Contabilidade Pública é importante para a gestão do patrimônio público e apoio na tomada de decisões, visando o lucro social. Diante disso está a importância de potencializar a

arrecadação municipal que está diretamente relacionada a obtenção de recursos e a disponibilização de bens e serviços públicos a sociedade (Rezende, 2013).

Assim, este estudo teve como objetivo analisar o desempenho da arrecadação de ISSQN, que é um imposto local, ou seja, de responsabilidade municipal, dos municípios de Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula, que compõem o destino indutor da Região das Hortênsias, no período de 2012 a 2016.

Para atingir este objetivo foram realizados cálculos com base nos dados coletados junto ao Tribunal de Contas do estado do Rio Grande do Sul.

Com os dados obtidos foi possível analisar a arrecadação de ISSQN dos municípios e verificar que apesar de algumas variações na arrecadação de ISSQN durante o período analisado, apenas o município de Picada café apresentou queda na arrecadação, enquanto os outros municípios apresentaram evolução, com destaque o município de Gramado que não apresentou nenhuma queda e cresceu em torno de 117%.

Visto que Picada Café é o menor município em extensão territorial e em infraestrutura turística, os índices de arrecadação podem ter sido influenciados negativamente pela crise econômica financeira, que atingiu e ainda atinge o Brasil, enquanto Gramado pode ter tido uma influência positiva, já que tem vantagens em relação a infraestrutura turística, e devido à alta do dólar, muitos turistas apostaram mais em viagens nacionais do que internacionais. Lógico, como o ISSQN incide sobre outros serviços, que não sejam turísticos, é possível que outros setores tenham influenciado na arrecadação.

Quanto a participação do ISSQN sobre as receitas correntes totais, os municípios tiveram variações ao longo dos cinco anos, com exceção de Picada Café que foi o que mais evoluiu e representou, contribuindo em 2016 com aproximadamente 24% das receitas correntes totais, enquanto Gramado foi o que menos contribuiu, com apenas 6,47%.

Diante disso, percebe-se que o município de Gramado obteve a maior receita de ISSQN da região, e apresentou a maior evolução de ISSQN durante o período analisado, além de ter arrecadado 117% a mais que a receita prevista. Mas, apesar disso, a arrecadação de ISSQN não teve um significativo impacto nas receitas correntes, enquanto Picada Café, mesmo que não apresentando bons índices foi o município que mais teve participação.

Desta forma, conclui-se que a arrecadação de ISSQN não participa significativamente da arrecadação total das receitas correntes, ou seja, mesmo que os municípios analisados tenham a economia baseada em prestação de serviços decorrentes da

atividade do turismo, no geral, o ISSQN possui um percentual baixo na arrecadação de receitas correntes.

Por fim, conforme Boletim do desempenho econômico do turismo (2017), o Brasil sofreu uma crise econômica financeira durante o período analisado, que atingiu também o setor turístico, no qual teve uma redução de 11% nos gastos efetuados pelos turistas estrangeiros. Diante disso, pode se concluir que a crise econômica financeira que afetou o Brasil, não afetou a arrecadação de ISSQN na Região Hortênsias, pois conforme dados apresentados, praticamente todos os municípios tiveram evolução na receita de ISSQN.

Referências

Andrade, N. A. (2017). *Contabilidade Pública na gestão municipal*. 6. ed. São Paulo: Atlas. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010077/cfi/6/42!/4@0:0>>. Acesso em: 30 maio 2017.

Barreirinhas, R. S; Curado, F. F. (2011). *Manual do ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Método*. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4216-8/cfi/0>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

Barros, A. J. da S; Lehfeld, N. A. de S. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Beni, M. C. (Org.) (2012). *Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters*. Barueri, SP: Manole.

Beuren, I. M. (Org.) (2006). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed., atual. São Paulo: Atlas, 2006.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 02 maio 2017.

Brasil. *Portaria Interministerial n° 338, de 26 de abril de 2006*. Altera o Anexo I da Portaria Interministerial STN/SOF n° 163, de 4 de maio de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 2006.

Brasil. *Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Brasil. *Lei Complementar n. 116, de 31 de julho de 2003*. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp116.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

Brasil. *Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964*. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Brasil. *Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966*. Dispõe sobre o Código Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm>[https](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm). Acesso em: 30 jun. 2017.

Caetano, C. C. R., Ávila, L. A. C. D., & Tavares, M. (2017). Relation between the government transfers, own tax collection and education index of the municipalities of the state of Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 51(5), 897-916.

Carneiro, C. (2012). *Impostos federais, estaduais e municipais*. 4ª Edição. Saraiva. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502193550/cfi/122>> Acesso em: 05 jun. 2017

Cellard, A. A. (2008) *Análise documental*. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.

Chizzotti, A. (2014). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Diehl, A. A. & Tatim, D. C. (2004). *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Pearson.

Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5.ed. São Paulo: Atlas. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

Gramadotur. *Gramado – Perfil Econômico*. Disponível em: <<http://www.gramadotur.com.br/economia.htm>> Acesso em: 02 out. 2017.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 07 ago. 2017.

Ignarra, L. R. (2003). *Fundamentos do turismo*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Thomson.

ISSUU. *Perfil socioeconômico Nova Petrópolis RS - 2015/2016*. Disponível em: <https://issuu.com/webdetecnologia/docs/perfil_socioeconomico_np> Acesso em: 10 out. 2017.

Darse, Jr. (2017). *Turismo na contramão da crise*. Ministro Marx Beltrão ressalta que, mesmo em meio a um cenário econômico adverso, o setor de viagens cresceu no Brasil. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7665-turismo-na-contram%C3%A3o-da-crise.html>> Acesso em: 11 jun. 2017.

Klein, J. (2015). *Serra gaúcha comemora desempenho do turismo*. Disponível em <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=205860>> Acesso em: 13 abr. 2017.

Kohama, H. (2016). *Contabilidade Pública - Teoria e Prática*, 15ª edição. Atlas. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006391/cfi/6/10!/4/16@0:89.5>> Acesso em: 14 abr. 2017.

Martins, S. P. (1998) *Manual do ISS*. 2. Ed. São Paulo: PC Editorial Ltda.

Matarazzo, D. C. (2010). *Análise financeira de balanços: abordagem gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

MCASP. (2017). *Manual de Contabilidade do Setor Público, 2017*. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>> Acesso em: 08 maio 2017.

Ministério Do Turismo (2017/a). *Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2009* / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador) — Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_Competitividade_2009.pdf > Acesso em 31 ago. 2017.

Ministério Do Turismo (2017/b). *Destinos Indutores: Política de desenvolvimento do turismo nos destinos*. Disponível em:< http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/acontece/download_acontece/AirtonPereira_Destinos_Indutores_manhx_0408.pdf> Acesso em: 31 ago. 2017.

Ministério Do Turismo (2017/c). *Região das Hortênsias*. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/regiao/53/regiao-hortensias#sobre>> Acesso em: 29 Jul. 2017.

Nodari, M. Z. (2007). *As Contribuições do turismo para a economia de Foz do Iguaçu*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Desenvolvimento Econômico – Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Oliveira, M. M. (2007) *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes.

Organização Mundial Do Turismo (2001). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca.

Perovano, D. G. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. Curitiba: Intersaberes. (Dialógica). Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/PEA/>>. Acesso em: 03 maio. 2017.

Plano Nacional de Turismo 2013-2016. *O Turismo fazendo muito mas pelo Brasil*. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf >. Acesso em 01 de maio 2017.

Prefeitura Municipal de Canela. *Canela: uma paixão natural!* Disponível em:<<http://www.canelaturismo.com.br/>>. Acesso em: 08 set. 2017.

Prefeitura Municipal de Gramado. *A cidade*. Disponível em: <<http://www.gramado.rs.gov.br/>> Acesso em: 08 set. 2017.

Prefeitura Municipal de Picada Café. Disponível em: <<http://www.picadacafe.rs.gov.br/>> Acesso em: 08 set. 2017.

Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula. *Perfil da cidade*. Disponível em: <<http://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/prefeitura/perfil-da-cidade>> Acesso em: 08 set. 2017.

PROSINOS. *Plano Municipal de Saneamento básico 2014*. Disponível em: <http://www.prosinos.rs.gov.br/downloads/CANELA_PMSB_rev_0_pdf.pdf > Acesso em: 28 set. 2017.

Rezende, A. J.; Pereira, C. A.; Alencar, Roberta de. (2013). *Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas*. Atlas. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499977/cfi/241!/4/4@0.00:29.9>> Acesso em: 31 maio 2017.

Ribeiro, M. (2015). *Como evitar que os municípios brasileiros quebrem: A crise econômica mostra como o modelo de receitas variáveis e custos fixos ameaça a saúde dos municípios. O que é preciso mudar para que as prefeituras possam atender os cidadãos*. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/09/como-evitar-que-os-municipios-brasileiros-quebrem.html>> Acesso em: 10 jun. 2017.

Richardson, R. J. (1999) *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas.

Rodrigues, A. (2016). *Crise não deve afetar gastos no verão, diz Ministério do Turismo*. Disponível em<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-12/crise-nao-deve-afetar-gastos-no-verao-diz-ministerio-do-turismo> > Acesso em: 01 maio 2017.

Rublescki, A. (2016). *FEE lança estudo sobre o turismo no RS: Região das Hortênsias é destaque no Estado*. Disponível em < <http://www.fee.rs.gov.br/noticias/fee-lanca-estudo-sobre-o-turismo-no-rs-regiao-das-hortensias-e-destaque-no-estado/>> Acesso em: 15 jun. 2017.

Segundo, H. de B. M.; Calcini, F. C. (Coord). (2015). *Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto Territorial Rural (ITR)*. Atlas. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496402/cfi/3!/4/4@0.00:59.9> > Acesso em: 15 jun. 2017.

SETEL. *Mapa da região turística das Hortênsias*. Disponível em: <<http://www.setel.rs.gov.br/conteudo/3504/mapa-da-regiao-turistica-hortensias>> Acesso em: 15 jul. 2017.

Singer, P. (2001). *O que é economia*. 4. ed. São Paulo: Contexto.

SOF. Secretaria do Orçamento Federal. *Institucional*. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/unidades/sof>> Acesso em: 29 Out. 2017.

Transparência Fly. *Seja bem vindo ao Portal de Transparência*. Disponível em: < <https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-007/main.faces> > Acesso em: 25 out. 2017.

Wanderley, C. B.; Santos, D. S. *Impactos quantitativos do turismo nas finanças municipais*. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Disponível em: <http://www.sebh.ecn.br/seminario_6/sebh_artigo_Burian.pdf>

Yin, Robert K. (2015). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman.